

# As Jornadas de Maio de 1937, o antifascismo e o refluxo da Revolução Espanhola

The May Day of 1937, anti-fascism and the reflux of the Spanish Revolution

Igor Pasquini Pomini\*

## Resumo

Este artigo procura demonstrar as origens e os desdobramentos do evento que ficou conhecido como as Jornadas de Maio de 1937, que aqui é entendido como o epílogo de um processo revolucionário que havia se iniciado na Espanha após uma tentativa falhada de golpe militar, que acabou por dar origem a uma sangrenta e importante guerra civil. Para tal, serão usados alguns periódicos anarquistas, como o Solidaridad Obrera e o Boletín de Información, bem como atas de reuniões e Decretos oficiais dos governos da Catalunha e da Espanha.

Palavras-chave: Guerra Civil Espanhola; Autogestão; Revolução Espanhola

## Abstract

This article seeks to demonstrate the origins and developments of the event that became known as the May Day of 1937, which is understood here as the epilogue of a revolutionary process that had started in Spain after a failed military coup attempt, which resulted in a bloody and essential civil war. For that purpose, some anarchist journals will be used, such as Solidaridad Obrera and Boletín de Información, as well as minutes of meetings and official Decrees of the governments of Catalonia and Spain.

Keywords: Spanish Civil War; Self-management; Spanish Revolution

\* Possui graduação em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006) e mestrado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (2013). Atualmente é professor efetivo - Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Tem experiência na área de História, com ênfase em História, atuando principalmente nos seguintes temas: autogestão, guerra civil espanhola, revolução espanhola, anarquismo e comunismo.

## Introdução

Em 17 de julho de 1936, ocorreu no território espanhol – inicialmente nas possessões coloniais, espalhando-se depois para a península – uma tentativa de golpe militar liderado por Generais como Goded, Mola, Franco, dentre outros. Tal intento acabou frustrado graças à resistência dos trabalhadores nas ruas de várias localidades da Espanha, fazendo com que o país ficasse dividido e dando início à Guerra Civil Espanhola – conflito que teria seu fim apenas em 1939, com a vitória de Franco e o início de uma longa ditadura. De um lado estavam os militares golpistas apoiados por fascistas, monarquistas, tradicionalistas e reacionários de todo tipo. Do outro um grupo bastante heterogêneo também, que incluía republicanos, socialistas, anarquistas e comunistas, seguidores ou opositores ao regime de Moscou.

Após a derrota do golpe militar, os trabalhadores que saíram às ruas contra a insurreição verificaram que muitos dos seus chefes e patrões haviam fugido, fosse por medo do que poderia ocorrer, fosse por estarem envolvidos na sublevação. Assim sendo, aos trabalhadores havia duas opções a seguir: voltar para a casa e aguardar os desdobramentos dos acontecimentos, o que implicaria na perda de seus empregos e as consequências que disto resulta, ou, então, assumir eles mesmos as empresas, dando início ao que hoje se costuma designar de “autogestão” – embora na época o termo utilizado fosse coletivização. Tal conceito foi definido por Maurice Brinton da seguinte maneira, ao distinguir gestão de controle:

Numa, a classe operária (o conjunto dos produtores) toma **todas** as decisões fundamentais. Fã-lo directamente, através de organismos de sua escolha com os quais se identifica completamente, e que sabe estar em seu alcance dominar totalmente (comités de fábrica, conselhos operários etc.). Esses órgãos, compostos por delegados eleitos e revogáveis, federam-se provavelmente em base regional ou nacional. Decidem (concedendo o máximo de autonomia possível às colectividades locais) o que se deve produzir, de que modo, a que preço e à custa de quem. A outra situação possível é aquela em que essas decisões fundamentais são tomadas “em instância diferente”, “do exterior”, ou seja, pelo Estado, pelo Partido, ou qualquer organismo sem verdadeiros laços com o próprio processo de produção. A “separação entre os produtores e os meios de produção” (base de qualquer sociedade de classe) é mantida. Esse tipo de solução em breve mostra o que é de facto: uma nova forma de opressão, independentemente das boas intenções revolucionárias do organismo em causa, e sejam quais forem as disposições que tome (ou deixe de tomar) para que as decisões políticas sejam de tempos em tempos submetidas à ratificação ou à correção. A essas duas situações correspondem palavras diferentes. **Gerir** significa tomar por si mesmo as decisões, na qualidade de pessoa ou colectividade soberana, e com pleno conhecimento das informações necessárias. **Controlar** significa supervisionar, inspecionar ou verificar as decisões tomadas por outrem. O “controle” implica uma limitação de soberania ou, pelo menos, um estado de duplo poder no qual algumas pessoas determinam os objectivos ao passo que as restantes se esforçam por que sejam aplicados os meios apropriados para os realizar. Historicamente, as controvérsias a respeito do controle operário

surgiram precisamente nessas condições de duplo poder económico (BRINTON, 1975, p. 15).

Mas as coletivizações não foram formadas apenas com a fuga dos chefes e patrões. Uma série delas foi constituída pela força, ou seja, os trabalhadores procederam a expropriações sistemáticas de empresas, às vezes utilizando a violência contra os antigos proprietários ou chefes, a depender do histórico que havia nas relações entre eles. Cabe salientar, também, que existiram coletividades que foram formadas de forma pacífica, inclusive, com a permanência dos antigos donos e chefes, às vezes – mas nem sempre – com algumas restrições, como não poder assumir cargos de gestão.

Assim, um processo revolucionário de grande envergadura se iniciou na Espanha não controlada pelos insurretos, cuja principal característica foi a coletivização dos meios de produção e seu controle de forma direta por parte dos trabalhadores, que elegiam comitês de empresa para geri-las em seu nome, com mandato fixo e revogável via assembleia. Tal processo teve seu epicentro nas regiões da Catalunha e Aragão, mas também ocorreu em todas as outras partes da Espanha que não estavam controladas pelos insurretos, e fora impulsionado principalmente pelos sindicatos, a CNT<sup>1</sup> e a UGT<sup>2</sup>, embora com amplo predomínio do primeiro.

Com as empresas coletivizadas, surgiram também as empresas “controladas”, que se formavam quando por um motivo qualquer não se queria ou não se podia coletivizar uma determinada empresa como, por exemplo, as de capital estrangeiro. Nelas era formado um comitê de trabalhadores – normalmente chamado de comitê de controle – que assumia a missão de fiscalizar a empresa, tendo acesso ao livro-caixa, aos preços das matérias-primas, controlando os salários, condições de trabalho, execução das diretrizes dos processos de produção etc. Em suma, fazia um papel de fiscalizador, mas a empresa permanecia como uma propriedade privada. Em alguns casos, a constituição do comitê de controle foi um primeiro passo para a coletivização das empresas.

Ao mesmo tempo, surgiram também os comitês de bairro, cidade ou povoado. Estes emergiram diante da derrocada do poder republicano, assumindo, então, a gestão dos espaços públicos. Guillamón assim os descreveu:

Esos comités revolucionarios locales se habían constituido en auténticos estados-ciudad, o comités-gobierno, estableciendo multas y tributos, enrolando milicianos para el frente, formando patrullas de control para imponer su autoridad, realizando obras públicas financiadas con impuestos revolucionarios para resolver el paro masivo, expropiando fábricas y talleres que eran colectivizados, imponiendo un nuevo modelo educativo racionalista, incautando

---

<sup>1</sup> Confederação Nacional do Trabalho. Central sindical anarquista fundada em 1910 e que, na época da Guerra Civil Espanhola, era a maior do país.

<sup>2</sup> União Geral de Trabalhadores. Central sindical muito ligada aos socialistas e que foi fundada em 1888. Em seu interior havia uma tendência mais reformista, ligada a Indalecio Prieto, e outra mais revolucionária, ligada a Francisco Largo Cabellero.

edificios y alimentos, comprando armas en el extranjero, sosteniendo hospitales y comedores gratuitos, y un largo etcétera. Los ayuntamientos habían sido sustituidos por esos comités locales, arrebatando a la Generalidad la menor influencia. [...] Las consignas del CCMA [Comité Central de Milicias Antifascistas] eran acatadas por los comités locales y de barrio si no eran contrarias a los intereses revolucionarios, pero encontraban enormes resistencias cuando se consideraba que eran fruto del compromiso con la burguesía y el gobierno de la Generalidad. Al mismo tiempo el CCMA tenía que contar con esos comités locales, si quería que se hicieran realidad sus mandatos. El conflicto interno de los dirigentes de la CNT-FAI, entre los partidarios y los contrarios a la colaboración, se extendía a las problemáticas relaciones entre el Comité Central y los organismos revolucionarios locales. El gobierno de la Generalidad se limitaba a legalizar la realidad social y económica de las colectivizaciones y “conquistas revolucionarias”, como único medio de ir adquiriendo un prestigio y aceptación del que carecía. El CCMA apenas podía gobernar, ni disponer nada, fuera de la ciudad de Barcelona, sin la aceptación y colaboración de los comités locales, o los sindicatos. La debilidad de éstos radicaba en la imposibilidad de consolidarse como un auténtico poder alternativo, a escala de toda Cataluña, sin el apoyo coordinador y centralizador de una organización obrera, y mucho menos en cuenta de todas las organizaciones existentes (GUILLAMON, 2011, p. 119-20).

Tais comitês foram espalhados principalmente – mas não só – pela Catalunha. Nas localidades menores, eles abarcavam toda a cidade ou povoado e, nas maiores, eram divididos por bairro. Eles contaram com a participação de todas as correntes políticas que lutavam contra os insurretos, dos anarquistas aos republicanos, passando também pelos comunistas, influenciados ou opositores ao regime de Moscou. Normalmente, formavam-se a partir dos Sindicatos cenetistas locais, e depois acabavam absorvendo outras correntes políticas da localidade, acabando por se formar comitês que, de certa maneira, refletiam a composição política da localidade, o que lhes dava uma legitimidade perante os trabalhadores.

O início da guerra civil também teve como consequência a difusão das milícias, que já existiam anteriormente, mas que agora eram alçadas à condição de ponta de lança da luta antifascista. Quando os insurretos se levantaram contra a República, foram os partidos e sindicatos os responsáveis por dirigir a resistência na Catalunha e na maior parte da Espanha. Então, ainda durante os combates de rua, cada partido ou sindicato formou suas próprias milícias, que eram constituídas, armadas e mantidas pelas organizações das quais pertenciam. Cada uma das milícias tinha características próprias e, em parte, refletiam a ideologia das organizações as quais eram vinculadas – as milícias comunistas, por exemplo, eram altamente hierarquizadas. Os sindicatos foram os grandes impulsionadores desta forma de organização militar, notadamente os sindicatos da CNT, cujas milícias em geral possuíam as seguintes características: os comandos eram eleitos pelos combatentes, e poderiam ser revogados; não havia diferenciação no tratamento de soldados e comandantes; a razão compartilhada era a mesma para todos; havia discussões sobre as estratégias a serem adotadas. As milícias recebiam ordens das organizações que as formaram, ou seja, eram a elas submissas, e não ao

Estado republicano em ruínas, embora colaborassem ativamente com ele. Os milicianos se viam como trabalhadores revolucionários em armas, lutavam pela Revolução socialista, e não pela República, e rejeitavam o rótulo de soldados: “Milicianos sim, soldados nunca”, diziam.

Empresas coletivizadas, comitês de bairro/cidade/povoado e milícias antifascistas formavam o núcleo revolucionário na Espanha antifascista, acrescido também aos sindicatos, principalmente os que eram ligados à CNT, que tinham um grande papel na coletivização dos meios de produção e na organização dos trabalhadores.

### **O Comitê Central de Milícias Antifascistas da Catalunha**

Iniciada a guerra civil, logo ficou claro para todos que o conflito não iria se resolver em um espaço curto de tempo, motivo pelo qual seria preciso organizar a retaguarda. Com esse intuito foi criado o Comitê de Milícias Antifascistas da Catalunha, em 21 de julho de 1936, via Decreto da Generalidad<sup>3</sup>, do qual participaram todas as organizações do campo antifascista. Sua primeira manifestação pública foi a seguinte:

Constituido el Comité de las Milicias Antifascistas de Cataluña, de acuerdo con el decreto publicado por el Gobierno de la Generalidad de Cataluña en el “Boletín Oficial” del día de hoy, ha tomado los siguientes acuerdos, el cumplimiento de los cuales obliga a todos los ciudadanos: 1° Se establece un orden revolucionario para el mantenimiento del cual se comprometen todas las organizaciones que integran el Comité; 2° Para el control y vigilancia, el Comité ha nombrado los equipos necesarios para hacer cumplir rigurosamente las órdenes que del mismo emanen. A este objeto los equipos llevarán la credencial correspondiente, que hará efectiva su personalidad; 3° Estos equipos serán los únicos acreditados por el Comité. Todo aquel que actúe al margen será considerado faccioso y sufrirá las sanciones que el Comité determine; 4° – Los equipos de noche serán especialmente rigurosos contra aquellos que alteren el orden revolucionario. 5° – Desde la una hasta las cinco de la madrugada, la circulación quedará limitada a los siguientes elementos: a) A todos los que acrediten pertenecer a cualquiera de las organizaciones que constituyen el Comité de Milicias. b) Las personas que vayan acompañadas de alguno de estos elementos y que acrediten su solvencia moral. c) Los que justifiquen en el caso de fuerza mayor que les obligase a salir; 6° – Con objeto de reclutar elementos para las Milicias Antifascistas, las organizaciones que constituyen el Comité quedan autorizadas para abrir los correspondientes centros de alistamiento y entrenamiento; Las condiciones de este reclutamiento serán detalladas en un Reglamento interior; 7° – El Comité espera que, dada la necesidad de constituir un orden revolucionario para hacer frente a los núcleos fascistas, no tendrá necesidad para hacerse obedecer de recurrir a medidas disciplinarias (SOLIDARIDAD OBRERA, 1936, p. 3).

---

<sup>3</sup> Generalidad ou Generalitat, em catalão, é o nome do governo autônomo da Catalunha.

Assim, de forma resumida, a função do Comitê de Milícias Antifascistas era manter a ordem revolucionária na retaguarda, além de coordenar as diversas milícias que saíam da Catalunha, principalmente em direção à Zaragoza<sup>4</sup>. No entanto, o Comitê de Milícias Antifascistas teve uma existência bastante efêmera, com muitos conflitos entre as organizações que dele faziam parte, principalmente entre os anarquistas – que era a maior força dentro do Comitê –, de um lado, e republicanos e comunistas do PSUC<sup>5</sup>, do outro. Durante todo o mês de agosto e setembro, estas rugas foram constantes no seio do Comitê de Milícias, com os anarquistas diversas vezes ameaçando até de dissolvê-lo. Cabe salientar, entretanto, que o Comitê de Milícias Antifascistas era muito dependente dos comitês de bairro, e visto por muitos deles como uma concessão contrarrevolucionária, motivo pelo qual muitas vezes eles simplesmente desobedeciam às ordenas emanadas do Comitê de Milícias.

### **A contraofensiva**

Apesar da existência do Comitê de Milícias e deste ser quem coordenava o poder na Catalunha, embora estivesse ancorado e dependente dos comitês de cidade, bairro ou povoado, o governo da Generalidad não havia desaparecido. Na verdade, ele continuou existindo, mesmo que o controle efetivo da ordem pública e das milícias não estivesse de fato em suas mãos. E, de modo natural, o governo catalão tencionava retomar suas atribuições perdidas para os comitês e os sindicatos, ou seja, queria acabar com o processo revolucionário. Sendo assim, contaram com uma ajuda um tanto inusitada: a de parte dos líderes anarquistas. Isso porque, em uma reunião realizada ainda no dia 21 de julho, eles haviam decidido não ir à consecução dos objetivos finais de sua organização, que era a implementação do que denominavam de comunismo libertário. Isso, na prática, queria dizer que os anarquistas iriam colaborar com as outras forças políticas que existiam na Catalunha, inclusive o governo, pelo menos até que os insurretos fossem derrotados. Mas isso não queria dizer que os anarquistas, de fato, haviam abandonado definitivamente suas metas finais, sendo mais correto falar em adiamento. Muitos dos líderes anarquistas esperavam primeiro a retomada de Zaragoza – o que nunca ocorreu –, um dos bastiões do anarquismo organizado e que havia caído nas mãos dos insurretos, para então dar fôlego ao processo revolucionário. Por outro lado, a base anarquista não estava muito disposta a esperar, e muitos deles procederam por conta própria aos processos de coletivização, além do fato de muitos estarem fazendo parte de comitês de bairro, cidade ou povoado e das milícias, que era quem detinha o controle das ruas, e não estavam dispostos a se deixar

---

<sup>4</sup> Zaragoza era uma das cidades em que os anarquistas eram muito numerosos, motivo pelo qual, com a queda da cidade, estes acabaram tomando como um dos seus principais objetivos a retomada da cidade.

<sup>5</sup> Partido Socialista Unificado da Catalunha. Era a seção catalã da III Internacional, sendo a principal alavanca do stalinismo na Catalunha.

arrebatam. Isso, de cara, fazia com que os líderes anarquistas estivessem em rota de colisão com suas próprias bases<sup>6</sup>.

Em 27 de setembro de 1936, o *Solidaridad Obrera*, órgão da Confederação Regional do Trabalho da Catalunha, a seção cenetista da região, anunciou que a organização havia entrado no governo da Catalunha com a participação de três conselheiros, embora se tenha adotado um eufemismo para isso: dizia-se que a Generalidad não era mais um governo, e sim um Conselho. O periódico assim justificou sua decisão dois dias depois:

Se ha constituido un nuevo Consejo de la Generalidad. La condición de Gobierno que hasta ahora poseía el órgano ejecutor de la Generalidad se ha transformado en una especie de Junta o Consejo. Forman parte de este Consejo las diversas organizaciones que han intervenido de una manera activa y que participan en la batalla cruenta que sostenemos con los exponentes de la España negra. Pero la nota destacada de este Consejo es la participación de los representantes de la C.N.T. (*SOLIDARIDAD OBRERA*, 1936, p. 1).

Com a entrada dos anarquistas no governo catalão, iniciou-se uma fase de legalização da revolução. Uma das primeiras grandes medidas a ser tomada neste sentido foi a legalização das coletivizações que haviam sido feitas até então. Foi o chamado Decreto de Coletivização e Controle Operário, publicado em Diário Oficial dia 28 de outubro (*DIARI OFICIAL DE LA GENERALITAT DE CATALUNYA*, 1936, p. 373-376). Este legalizou as expropriações feitas durante o processo revolucionário, ou seja, as coletivizações, bem como reconheceu a existência dos comitês de controle nas empresas que permaneceram como uma propriedade privada, e tinha um duplo aspecto. Por um lado, legalizou as coletivizações, o que as protegia dos ataques de seus adversários, mas, por outro lado, incluiu um representante da Generalidad dentro das empresas, o que possibilitava seu controle por parte do governo catalão, ou seja, poderia desembocar em uma estatização das coletividades autogeridas. Além disso, as coletivizações teriam agora que se guiar por meio dos desígnios da lei, sob pena de serem ilegalizadas, podendo assim serem desfeitas. Isso queria dizer que a espontaneidade das coletivizações havia se encerrado. Agora, de alguma forma, estas estariam controladas pela Generalidad, embora isso não tenha ocorrido de imediato em todos os lugares, já que muitas coletividades permaneceram autônomas e à margem da lei, pois a Generalidad ainda não podia se impor às ruas, cujo controle estava nas mãos dos comitês de bairro, cidade ou povoado. Isso tornava imperativo o esvaziamento do poder destes, primeiro passo para sua liquidação.

E foi com esse intuito que havia sido publicado pela Generalidad, poucos dias antes, em 11 de outubro – mesmo que tenha a data de 9 de outubro –, o seguinte Decreto:

Arovat el Decret d'aquetsa mateixa data, organitzant, d'acord amb les necessitats del moment, la vida municipal de Catalunya, s'imposa la

---

<sup>6</sup> Esse conflito entre os líderes anarquistas e suas bases perpassou durante toda a guerra civil, ameaçando inclusive um cisma nas organizações anarquistas, o que de fato nunca ocorreu.

dissolució dels Comitès Locals que, amb diferents noms i finalitats, es constituïren arran del moviment subversiu a què està fent front el país. Per tant, d'acord amb el Consell Executiu, Decreto: Art. 1º. Queden dissolts a tot Catalunya els Comitès Locals, qualsevol que sigui el nom o denominació que ostentin, així com tots aquells altres organismes de caràcter local que haguessin anat sorgint arran del moviment subversiu amb finalitats culturals, econòmiques i de qualsevol altra mena. Art. 2º. La resistència a dissoldre serà considerada com a acte facciós i els seus autors lliurats als Tribunals de Justícia Popular (DIARI OFICIAL DE LA GENERALITAT DE CATALUNYA, 1936, p. 137)<sup>7</sup>.

Isso queria dizer que os comitês de bairro, cidade ou povoado estavam proibidos, assim como a sua permanência seria considerada um ato “faccioso”, sendo então julgado por um Tribunal Popular. Foi uma tentativa de acabar com os comitês, mas a medida foi apenas parcialmente bem-sucedida, uma vez que a Generalidad ainda não era forte o suficiente para se impor, e os comitês estavam armados. Por esse motivo, foi iniciada uma campanha para que as armas que estavam na retaguarda fossem enviadas para a frente de combate, com o argumento – real – de que elas faziam muita falta na frente da batalha. No entanto, muitos trabalhadores optaram por não entregar suas armas, pois viam isso como um perigo para o futuro da Revolução. O povo com armas era a garantia de que nunca seriam derrotados, enfatizou o Solidaridad Obrera diversas vezes. E, como o ímpeto para desarmar os trabalhadores por parte de stalinistas e republicanos, via Generalidad, era muito grande, um confronto entre essas forças parecia inevitável. Muitos trabalhadores, membros de comitês e grupos anarquistas, argumentavam que somente entregariam suas armas quando os corpos repressivos da retaguarda fossem enviados para a frente de combate, o que não poderia ser aceito pelos que tencionavam acabar com o poder dos trabalhadores. E, em meio ao empasse, trabalhadores que portavam armas estavam sendo presos, fazendo com que os ânimos se acirrassem ainda mais.

No dia 16 de outubro, o governo republicado sediado em Madri decretou a criação do Comissariado Geral de Guerra, “[...] cuya principal misión consistirá en ejercer un control de índole políticosocial sobre los soldados, milicianos y demás fuerzas armadas al servicio de la República y lograr una coordinación entre los mandos militares y las masas combatientes [...]” (GACETA DE MADRID, 1936, p. 355). Este foi, na verdade, o primeiro passo para a militarização das milícias, criando o Exército Popular, que era o Exército republicano. Seu cumprimento seria obrigatório, caso contrário não se receberia armas nem víveres, o que na prática inviabilizaria a luta. Dias depois, em 24 de outubro, embora tenha sido publicado dia 28, foi a vez do governo

---

<sup>7</sup> Tradução: “Aprovado o Decreto da mesma data, organizando, de acordo com as necessidades do momento, a vida municipal da Catalunha, impõe-se a dissolução dos Comitês Locais que, sob diferentes nomes e finalidades, foram constituídos como resultado do movimento subversivo o qual está de frente para o país. Portanto, de acordo com o Conselho Executivo, Decreto: Art. 1º, ficam dissolvidos em toda a Catalunha os Comitês Locais, qualquer que seja o nome ou denominação que ostentem, assim como todos os outros órgãos de caráter local que tenham surgido como resultado do movimento subversivo para fins culturais, econômicos e qualquer outro. Art. 2º. A resistência à dissolução será considerada um ato faccioso e seus autores responderão ao Tribunal de Justiça do Povo”.

da Generalidad. Este decretou a volta do Código de Justiça Militar (DIARI OFICIAL DE LA GENERALITAT DE CATALUNYA, 1936, p. 370), fazendo retornar as penalizações de um Exército regular. Assim, as milícias sofreram um duro golpe e estavam diante de uma situação crítica. Se não aceitassem as novas condições, seriam inviabilizadas na prática. Se as aceitassem, deixariam de ser milicianos revolucionários e se transformariam em soldados a serviço do regime republicano. Houve muita resistência das milícias, mas a derrota era certa, mesmo que tenha demorado algum tempo – apenas em meados de 1937 o processo de militarização das milícias estaria completado. Chegou-se mesmo a se fazer uma assembleia das milícias de Aragão entre 5 e 7 de fevereiro de 1937, visando uma resistência à implantação dos Decretos. Algumas delas tentaram fazer um meio-termo, aceitando o processo de militarização, mas mantendo suas práticas de democracia direta internamente, o que foi parcialmente bem-sucedido, mas apenas por um período de tempo. As milícias acabaram sendo dissolvidas e se converteram em Exército regular, o que gerou muito descontentamento entre os combatentes revolucionários.

Em 4 novembro de 1936, a CNT acabou entrando também para o Governo Central, em Madri, com a participação de quatro ministros – Juan Peiró, Ministro da Indústria; Juan López Sánchez, Ministro do Comércio; Federica Montseny, Ministra da Saúde e Assistência Social; e Juan García Oliver, Ministro da Justiça.

Assim, em virtude do rápido retrocesso das conquistas revolucionárias, em fins de 1936 e início de 1937, as ruas estavam bastante tensas. Militantes das organizações operárias estavam em pé de guerra, enquanto os representantes das Organizações buscavam fazer acordos de cúpula em nome da unidade antifascista. Chegaram a ocorrer alguns assassinatos, como o de Roldán Cortada<sup>8</sup>, o que deixava a situação ainda mais tensa. O clima estava tão carregado que o Primeiro de Maio, que era a primeira data do tipo desde o início da Revolução, não foi oficialmente comemorado, sendo considerado dia de trabalho. Oficialmente, justificou-se tal medida dizendo que toda a produção deste dia seria direcionada ao esforço de guerra, mas pesou bastante também a previsível possibilidade de as comemorações acabarem por desencadear uma batalha pelas ruas, especialmente em Barcelona. Qualquer faísca poderia detonar um conflito de grandes proporções dentro do campo republicano.

### **Os Combates de Maio**

Em 3 de maio de 1937, por volta das 15h, tropas das forças públicas tentaram ocupar a sede da central Telefônica de Barcelona, controlada por um Comitê CNT-UGT, argumentando falsamente que esta era uma coletivização ilegal. Na verdade, o real motivo era o fato de os trabalhadores escutarem as conversas dos políticos e adversários, possibilitando-os saber de

---

<sup>8</sup> Ex-cenetista e membro do PSUC, Cortada foi assassinado em 25 de abril de 1937, em uma emboscada. Sua morte foi creditada a elementos “incontrolados” e obteve a reprovação de todas as organizações do campo antifascista.

antemão os planos de seus adversários e assim tomar contramedidas. Os trabalhadores que estavam no andar de baixo foram pegos de surpresa, mas os que estavam nos andares de cima resistiram. Barricadas foram espalhadas por toda a Barcelona e em outras cidades da Catalunha. De um lado, estava os anarquistas e o POUM<sup>9</sup>, do outro os republicanos e comunistas do PSUC, que defendiam o que afirmavam ser um ataque contra o legítimo governo da Catalunha, perpetrado por hordas de “incontrolados”<sup>10</sup>. Os primeiros ocupavam os bairros e a maioria dos distritos, enquanto os segundos ocupavam pontos estratégicos e edifícios públicos. Os primeiros pediam a demissão dos responsáveis pelo ataque, os segundos colocavam como condição prévia de qualquer negociação a retirada dos trabalhadores das ruas. Segundo Richards (1977), os tiroteios só começaram no dia seguinte, quando o Palácio da Justiça também foi ocupado.

Assim que começaram os combates, iniciaram-se também as negociações por um cessar-fogo. A regional da CNT convocou uma reunião urgente ainda neste dia 3. Nela, estavam presentes vários destacados militantes cenetistas, que discutiram as medidas que a Organização tomaria. No final, acertou-se que iriam ler uma nota pelo rádio e também falaria da incompatibilidade que havia com o Comissário Geral. Nesta reunião, a fala de um importante dirigente demonstrava uma certa desconfiança dos líderes anarquistas em relação a suas massas. Ao ser afirmado que a Organização tinha acordos tomados e que poderia usar a formidável arma que eram os sindicatos, Escorza exclamou: “Falta ahora saber si nosotros realmente controlamos a nuestra masa” (CONFEREDACIÓN REGIONAL DEL TRABAJO DE CATALUÑA, 1937, p. 1).

Em 4 de maio, os pedidos de cessar-fogo continuavam e, segundo Peirats (1988), havia rumores de que os cenetistas que tinham ido até Generalidad para negociar tinham sido feitos reféns, o que explicaria suas consignas muito conciliadoras. No referido dia, o Boletín de Información de la CNT-FAI, um periódico publicado pelos anarquistas, publicou a seguinte nota:

Dos nombres quedarán esculpidos en la historia con el signo de la traición: Artemio Aguader y Rodriguez Salas. Estos dos vástagos que juegan a la revolución como juegan a la misma los pervertidos en los cabarets, han provocado días de luto para Barcelona y tal vez pueden poner en peligro el triunfo de la guerra. No progresarán sus manejos ni las ambiciones de los partidos que los defienden. Para defender la acción de la guerra y de la revolución, los productores conscientes han dejado de acudir al trabajo como protesta a los atropellos a la causa del pueblo realizado desde el Gobierno de la Generalidad de Cataluña para unos desaprensivos consejeros. A pesar de la gravedad, no se han abandonado las industrias de guerra, ni nada de lo que afecta al

---

<sup>9</sup> Partido Operário de Unificação Marxista. Foi um pequeno partido marxista fundado no segundo semestre de 1935, ou seja, pouco antes do início da guerra civil, e que tinha como objetivo reunir todos os marxistas dissidentes do regime de Moscou, motivo pelo qual foi duramente criticado pelos comunistas “ortodoxos”.

<sup>10</sup> “Incontrolado” era o termo depreciativo utilizado para designar tanto criminosos comuns que cometiam crimes em benefício próprio quanto trabalhadores de base que não se submetiam às consignas colaboracionistas propugnada tanto pelos republicanos e stalinistas quanto por alguns líderes anarquistas.

ramo de alimentación. Sin el concurso del Estado todos los servicios son debidamente atendidos a la par que son defendidas las posiciones revolucionarias con el arma al brazo por todos aquellos que tienen el deber de velar por el triunfo de la revolución íntimamente ligada al aplastamiento del fascismo. No habrá paz ni sosiego mientras subsistan en cargos de representación pública individuos como Comorera, Aguader, Rodriguez Salas y tantos otros que irán a la vindicta pública, cuando el pueblo sepa el fondo que ha determinado la provocación, la cual ha convertido la retaguardia en una lucha encarnizada contra la fuerza pública (BOLETÍN DE INFORMACION, 1937, p.1).

No mesmo dia, os dirigentes da CNT foram reunidos novamente, deliberando que uma comissão iria para a Generalidad com o intuito de negociar. Em tal reunião, questionou-se (CONFEDERACIÓN REGIONAL DEL TRABAJO DE CATALUÑA, 1973) como as potências estrangeiras iriam se comportar, pois o risco de intervenção nos assuntos espanhóis era real. Foi falado também sobre o erro que havia sido a campanha “armas para a frente”, pois ajudou a desarmar os trabalhadores enquanto seus adversários permaneciam armados.

No dia 5 de maio, os combates continuavam pelas ruas, apesar dos apelos dos líderes anarquistas para que as lutas cessassem. Aconteceu também uma nova reunião dos cenetistas. Nesta, foi informado que alguns sindicatos cenetistas de outras localidades haviam sido assaltados por tropas governamentais. Falou-se ainda acerca de algumas centúrias que estavam no front – lutando contra os fascistas – haviam se oferecido para voltar até Barcelona com o intuito de reforçar a resistência contra os ataques, o que fora rechaçado. Um representante dos Comitês de Defesa na reunião fez a seguinte fala: “Las barriadas no las podemos sostener más, se quieren lanzar al ataque de fondo y nada más. Hemos agotado todos los recursos para convencer a la Generalidad; pero esta no hace caso” (CONFEDERACIÓN REGIONAL DEL TRABAJO, 1973, p. 1). Outros presentes também se referiram aos bairros, pois eram os antigos comitês de bairro, agora reaparecidos, que dirigiam a resistência. A reunião terminou com a nomeação de um Comitê de Defesa. Além disso, na madrugada do dia 5 para o dia 6, o famoso anarquista italiano Camillo Berneri, que era um crítico das posições adotadas pelas organizações anarquistas, foi assassinado nas ruas de Barcelona. O mesmo fim trágico teve José Sesé, Secretário da Federação Regional da UGT, piorando ainda mais a situação.

No dia 6 de maio, o Boletín de Información publicou uma notícia dando conta das negociações que estavam levando a cabo.

Las organizaciones antifascistas siguen sus gestiones para normalizar la vida en Barcelona, perturbada, en mala hora, por unos desalmados. Todo indica que tal vez dentro de unas horas, el orden público sea restablecido. En esto coinciden todos los sectores antifascistas, Delegado de Orden Público del Gobierno Central y el Consejo de la Generalidad integrado, como es ya público, por L. Companys como Presidente de la Generalidad, V. Mas por C.N.T., R. Vidiella por U.G.T., Martí Faced por E.C.R. y J. Pous por U.R. Sin embargo, permitasenos anticipar que ha llegado el momento de pasar el bisturí para cortar la

cangrena que aún subsiste en estado latente. Las Patrullas de Control, secundadas por las otras fracciones de las fuerzas del Orden Público que han permanecido al margen de los luctuosos sucesos de estos días, guardando una actitud completamente neutral, nos parece las indicadas para restablecer el orden porque son hijas de la revolución y su actuación las hace acreedoras de todo respeto por parte de los antifascistas (BOLETIN DE INFORMACION, 1937, p. 7).

No dia 7 de maio, o Solidaridad Obrera anunciou que se havia chegado a um acordo, mesmo que tiroteios tenham ocorrido até o dia seguinte. Os trabalhadores, exaustos e sem apoio dos dirigentes, que queriam manter a unidade antifascista acima de tudo, acabaram derrotados. Entretanto, cabe salientar que sua derrota não foi uma derrota militar, nas ruas, e sim uma derrota política, por conta de seu isolamento. O POUM era numericamente muito débil e os dirigentes anarquistas não quiseram secundar a resistência dos trabalhadores. A ordem voltou a reinar nas ruas de Barcelona. A partir deste momento, os trabalhadores revolucionários passaram definitivamente para a defensiva, e milhares deles foram presos ou mesmo assassinados. A unidade antifascista havia triunfado sobre o processo revolucionário. No dia 8 de maio de 1937, um dia depois de anunciar o fim dos combates, o Solidaridad Obrera publicou o seguinte Manifesto:

#### LA C.N.T. AL PUEBLO DE CATALUÑA

Terminado el trágico incidente que ha llenado de luto a Barcelona y para que todo el mundo sepa a qué atenerse, el Comité Regional de la C.N.T. y la Federación Local de Sindicatos Unicos, manifiestan su voluntad unánime de colaborar con la mayor eficacia y lealtad al restablecimiento total del orden público en Cataluña, cesando con la etapa de actuación partidista que llevó precisamente a la situación insostenible que desencadenó la tragedia. Nos complacemos, por tanto, en reiterar nuestro concurso al Gobierno de la Generalidad y al nuevo delegado de Orden Público, mandado por el Gobierno central, teniente coronel Torres, del que hemos podido comprobar la excelente disposición de ánimo con que viene a ejercer tan delicado cometido a Cataluña. Unidad y confianza, lealtad e igualdad de derechos e deberes para todos los sectores antifascistas en todos los aspectos. He aquí a consigna del momento, que todos deben atender y secundar al unísono (SOLIDARIDADE OBRERA, 1937, p. 1).

#### **Considerações finais**

As Jornadas de Maio foram o epílogo do processo revolucionário. Em julho de 1936 a vitória dos trabalhadores catalães sobre os militares insurretos foi o estopim de uma profunda revolução social. Tal revolução caracterizou-se pela tomada dos meios de produção e sua administração direta por parte dos trabalhadores, pelo predomínio das milícias no campo militar e pelo surgimento de comitês de bairro e cidade, que, de fato, controlavam as ruas. Porém, os líderes anarquistas, principal força política na região da Catalunha, optaram por uma colaboração com as outras forças existentes, o que incluiu até mesmo o governo catalão. Inicialmente, isso

se deu através do Comitê de Milícias, mas logo passaram a compor o governo diretamente. A partir dos Ministérios, os anarquistas lideraram um processo de legalização das empresas controladas pelos trabalhadores, o que, por sua vez, pressupunha algum controle estatal sobre elas, acabando com sua espontaneidade. Dessa forma, com a paulatina recomposição do poder de Estado, os comitês de bairro e cidade foram dissolvidos e as milícias militarizadas, perdendo seu caráter revolucionário. Isso tudo, aliado ao desarmamento forçado dos trabalhadores, disseminou o descontentamento e aumentou muito as tensões na retaguarda. O ataque ao prédio da Telefônica acabou por desencadear um combate pelas ruas de Barcelona e outras cidades da Catalunha, onde os trabalhadores propuseram-se a defender a Revolução com armas na mão. No entanto, eles não tiveram apoio concreto, e, dessa forma, os sucessivos pedidos de cessar fogo e seu isolamento obrigou-os a ceder. Foram derrotados politicamente, e não nas ruas.

As Jornadas de Maio foram uma reação desesperada contra o avanço da contrarrevolução, e a derrota dos trabalhadores enterrou definitivamente o processo revolucionário. A muitos trabalhadores revolucionários restou a perseguição, prisão e assassinato.

## Referências

### Fontes

- BOLETIN DE INFORMACION. **Hacia la normalidad**. Barcelona, n. 251, p. 7, 6 maio 1937.
- BOLETIN DE INFORMACION. **En la calle em defensa de la revolucion**. Barcelona, n. 249, p. 1, 4 maio 1937.
- CONFEDERACIÓN REGIONAL DEL TRABAJO DE CATALUÑA. **Reunion Extraordinária que Celebró El Comité Regional**, p. 1, 3 maio 1973.
- CONFEDERACIÓN REGIONAL DEL TRABAJO DE CATALUÑA. **Reunion Extraordinária que Celebró El Comité Regional**, p. 1, 4 maio 1973.
- CONFEDERACIÓN REGIONAL DEL TRABAJO DE CATALUÑA. **Reunion Extraordinária que Celebró El Comité Regional**, p. 1, 5 maio 1973.
- DIARI OFICIAL DE LA GENERALITAT DE CATALUNYA. **Decreto**. Barcelona, n. 285, p. 137, 11 out. 1936.
- DIARI OFICIAL DE LA GENERALITAT DE CATALUNYA. **Decreto**. Barcelona, n. 302, p. 370, 28 out. 1936.
- DIARI OFICIAL DE LA GENERALITAT DE CATALUNYA. **Decreto**. Barcelona, n. 302, p. 373-376, 28 out. 1936.
- GACETA DE MADRID. **Comissariado Geral de Guerra**, n. 90, p. 355, 16 out. 1936.
- SOLIDARIDAD OBRERA. **El Comité. Bando del Comité de las Milicias Antifascistas de Cataluña**. Barcelona, p. 3, 22 jul. 1936.
- SOLIDARIDAD OBRERA. **El Nuevo Consejo de la Generalidad**. Barcelona, n. 1392, p. 1, 29 set. 1936.
- SOLIDARIDADE OBRERA. **La C.N.T. Al Pueblo de Cataluña**. Barcelona, n. 1582, p. 1, 7 maio 1937.

## Bibliografia

- AMORÓS, Miquel. **LA REVOLUCIÓN TRAICIONADA**: La verdadera historia de Balias y Los Amigos de Durruti. Barcelona: Virus Editorial, 2003.
- BRINTON, Maurice. **Os Bolcheviques e o Controle Operário**. Porto: Afrontamento, 1975.
- BROUÉ, Pierre. **A Revolução Espanhola (1931-1939)**. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- SANTILLÁN, Diego Abad. **Por Qué Perdimos la Guerra**. Barcelona: Virgen de Guadalupe, 1977.
- GUÉRIN, Daniel. **O Anarquismo: da Doutrina a Ação**. Rio de Janeiro: Germinal, 1968.
- GUILLAMÓN, Agustín. **Los Comités de Defensa de la CNT en Barcelona (1933-1938)**. Barcelona: Aldarull, 2011.
- JACKSON, Gabriel. **A República Espanhola e a Guerra Civil**. 1965.
- OLIVER, Juan García. **El Eco de los Pasos**. Barcelona: Ruedo Ibérico, 1978.
- PEIRATS, José. **La CNT en la Revolución Española**. Madrid: Ruedo Ibérico, 1988.
- RICHARDS, Vernon. **Enseñanzas de la Revolución Española**. Madrid: Campo Abierto, 1977.
- THOMAS, Hugh. **A Guerra Civil Espanhola**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- VILAR, Pierre. **A Guerra da Espanha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

Artigo recebido em 17/07/2020 e  
aprovado para publicação em 22/09/2020